

“A respeito da injustiça é cometida de duas formas: pela violência e pela fraude. Uma diz respeito à raposa, outra ao leão. Todas duas são indignas do homem, mas a fraude é a mais desprezível, de todas as injustiças a mais abominável é a desses homens que, quando enganam, procuram parecer homens de bem!” (Túlio Cícero – Orador – advogado e filósofo romano)

Serviço Disseminação Seletiva da Informação-DSI

v.1, n.7, 30 set. 2016

O Boletim Informativo da Divisão de Biblioteca tem por objetivo trazer informações seletivas institucionais, jurídicas e culturais. Contribua com a nossa publicação encaminhando críticas, dúvidas e sugestões!

Desejamos a todos uma boa leitura!

*Divisão de Biblioteca
Equipe:
Elaine Ribeiro
Felicidade de Fátima
Josiane Neves
Lanalucia Figueiredo*

*Contato: 3205-3351
E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br
Facebook: bibliotecaTJPA*

*Visite nossa página:
<http://portalinterno/PortallInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml>*

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do **Diário da Justiça** no período de **16 a 30 de setembro** para cadastro na base da Biblioteca:

Portaria Conjunta nº02/2016-GP/CJRMB/CJCI - Altera a Portaria Conjunta 02/2014-GP, de 17/10/2014, que instituiu o **Sistema de Protocolo Judicial Digital integrado** no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Portaria nº4063/2016, de 30 de agosto de 2016 - **Extingue o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)** e instituir na Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE), vinculada ao Gabinete da Presidência, o **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP)**, para atender ao disposto na Resolução CNJ n. 235/2016.

Portaria nº4064/2016, de 30 de agosto de 2016 - Determina que os servidores lotados na **Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE)**, vinculada ao Gabinete da Presidência, desempenhem as atividades técnicas do **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP)**, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Você Sabia?

“Ao tempo da fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, em pleno período colonial e na fase dos governos gerais, o Pará pertencia sob o ponto de vista judiciário à Bahia. Mesmo depois que o Brasil em 1621 fora dividido em duas colônias distintas: a do Brasil e a do Maranhão, situação que perdurou até 1744, o Pará continuara dependendo da Bahia, até 1636, quando, com a supressão do Tribunal de Relação daquele lugar, (Bahia), ficara sujeito aos tribunais de Lisboa. Em 1662, com o restabelecimento da Relação da Bahia, voltara a ser subordinado àquela Relação, até 1712, quando retornara à dependência dos Tribunais de Lisboa. Em 1812, com a criação da Relação do Maranhão, passara o Pará a depender daquela Relação, até 1874, quando foi criado o Tribunal do Pará, com sede em Belém e compreendendo também a Província do alto Amazonas”.

Fonte: MOURA, Silvio Hall. **Elementos para a história da magistratura paraense**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974. 278 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo)

Legislação

FEDERAL

Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 - Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências.

[Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 - Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.861, de 28 de setembro de 2016 - Dispõe sobre a designação das autoridades centrais brasileiras no âmbito da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmada em Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.858, de 26.9.2016 - Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.853, de 22 de setembro de 2016 - Altera o Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, que regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 - Dispõe sobre a substituição de Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Presidente do Banco Central do Brasil. [Clique aqui](#)

Notícias Seleccionadas

STF

Indeferida reversão de aposentadoria ocorrida dias antes da edição de lei que alterou idade para compulsória. [Leia mais](#)

Risco de danos à população impede União de inscrever Estado do Pará em cadastro de inadimplentes. [Leia mais](#)

STF reconhece paternidade de filho em processo que durou mais de 30 anos. [Leia mais](#)

Fixada tese de julgamento que trata de responsabilidade de pais biológicos e socioafetivos. [Leia mais](#)

Nulidade de contratação sem concurso público dá direito apenas a FGTS e salários do período. [Leia mais](#)

STJ

Origem em escola filantrópica privada não dá direito a vaga universitária pelo sistema de cotas. [Leia mais](#)

Aposentado não tem direito adquirido a regime de custeio de plano de saúde. [Leia mais](#)

Segunda Turma mantém decisão que obriga universidade a fazer obras para deficientes. [Leia mais](#)

STJ determina bloqueio prévio de serviços como disque-sexo e disque-amizade. [Leia mais](#)

Acordo anterior ao trânsito em julgado impede execução de honorários na própria ação. [Leia mais](#)

MPPA

MP reúne com órgãos para discutir transporte de gás de cozinha. [Leia mais](#)

MPPA discute obediência aos critérios técnicos para a queima de fogos no Círio 2016. [Leia mais](#)

MPPA solicita a elaboração de leis sobre o descarte de medicamentos. [Leia mais](#)

MPPA amplia sua presença nas redes sociais. [Leia mais](#)

Obras Disponíveis no Acervo da Biblioteca

Acervo Jurídico



Acervo Projeto Leitura Livre



Espaço do Servidor

Servidor, agora você tem um espaço no Boletim Informativo, para compartilhar textos literários, artigos científicos de sua autoria!

Colabore conosco na disseminação do conhecimento!

Contato

E-mail:

biblioteca@tjpa.jus.br

Fone: 3205-3351



O servidor da Comarca da 4ª Vara da Infância e Juventude de Belém, Diego Martins, 27 anos, especialista em Ciências Criminais, aceitou nosso convite para participar da seção “Espaço do Servidor”, divulgando os projetos que desenvolve.

Diego Martins fornece ferramentas para o empoderamento da população paraense a partir de publicações diárias sobre diversos assuntos jurídicos, tanto no facebook quanto no instagram. Às quartas-feiras publica vídeos explicando um pouco sobre diversas profissões e aos sábados os vídeos são com críticas e recomendações de leituras.

Facebook: [Direito Sem Formalismo](#)

Instagram: [@direitosemformalismo](#)

Mural

EVENTO

II Semana da criança e do adolescente do Ministério Público



Tema: O Ministério Público na garantia do direito à educação

Local: Auditório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém e Fundação Cultural do Pará (Centur)

Inscrições: no dia e local do evento

Em Foco



Ofensas via meio virtual geram responsabilização real

Atos realizados atrás da tela do computador podem ser punidos no mundo real. Exemplo é o caso envolvendo duas jovens em Porto Alegre, colegas e competidoras de hipismo. Utilizando a rede social Twitter, uma delas publicou dezenas de ofensas relacionadas à aparência e condição socioeconômica da outra. A vítima receberá R\$ 4 mil por danos morais.

[Leia mais](#)